



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

Concurso Público para Provimento do Cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária

P R O V A

Português Conhecimentos Específicos

I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 9 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

O Brasil entrou no século XXI justificando o lugar-comum do século passado: continua sendo um país de contrastes. Isso é o que revelam os números iniciais do Censo 2000, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No último ano da década passada, em comparação com o primeiro – 1991 –, muito mais brasileiros estavam estudando, tinham carros, eletrodomésticos, telefones, luz, água encanada, esgoto e coleta de lixo, e muito menos brasileiros morriam antes de completar um ano de vida. A mortalidade infantil caiu 38%: de 48 por mil nascimentos para 29,6. A queda foi maior do que os especialistas haviam projetado no início da década.

Isso, a despeito de a maioria da população continuar vivendo com rendimentos franciscanos: pouco mais da metade dos 76,1 milhões de membros da população economicamente ativa ganhava até dois salários mínimos por mês (ou R\$ 302,00 à data do recenseamento e R\$ 400,00 hoje) e apenas 2,4% ganhavam mais de vinte salários mínimos, ou seja, R\$ 4 000,00 – um salário relativamente modesto nas sociedades desenvolvidas. Por esse ângulo, pode-se dizer que o Brasil é um país igualitário: ostenta a dramática igualdade na pobreza.

Os números agregados escondem que o consumo se distribui de forma acentuadamente desigual pelo território e entre os diversos grupos de renda. Enquanto no Sul e no Sudeste os domicílios com carro somam mais de 40%, no Norte e no Nordeste não chegam a 15%. De certo modo, quem pode consumir bens duráveis acaba consumindo por si e por quem não pode. O desequilíbrio regional e social do consumo acompanha, obviamente, a concentração da capacidade aquisitiva.

Os dados que apontam para a intolerável persistência da igualdade na pobreza entre os brasileiros têm relação manifesta com o desempenho da economia. Se é verdade que, em matéria de expansão dos benefícios sociais e do acesso a bens indispensáveis no mundo contemporâneo, como o telefone, os anos 1990 foram uma década ganha, no que toca ao crescimento econômico foram uma década das mais medíocres, desde a transformação do País em sociedade industrial. Entre 1991 e 2000, o Brasil cresceu, em média, poucos 2,7% ao ano. Mesmo em 1994, o melhor ano do período, o Produto Interno Bruto (PIB) não chegou a 6% – muito abaixo dos picos registrados na década de 1970, a do "milagre brasileiro". É óbvio que a retomada do desenvolvimento é condição sine qua para a elevação da renda do povo.

(Adaptado de **O Estado de S. Paulo**, maio/2002)

1. Considere as afirmativas abaixo, a respeito do texto.

O Censo 2000

- I. indica o avanço do Brasil, idêntico ao de algumas sociedades desenvolvidas, especialmente quanto à garantia de emprego, apesar de um valor modesto para o salário mínimo.
- II. apresenta índices positivos de melhoria na qualidade de vida do povo brasileiro, ao lado de disparidades acentuadas, em todo o território nacional.
- III. assinala um aumento geral do poder aquisitivo do povo brasileiro, reduzindo a um mínimo as diferenças regionais.

Está correto o que se afirma SOMENTE em:

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) I e II
- (E) II e III

2. Por esse ângulo, pode-se dizer que o Brasil é um país igualitário. (2º parágrafo)

É correto afirmar que a conclusão acima tem um caráter

- (A) de justificado orgulho, pela melhoria da qualidade de vida no Brasil.
- (B) de extremo exagero, considerando-se os dados indicativos do progresso brasileiro.
- (C) pessimista, tendo em vista a impossibilidade de aumento do salário mínimo.
- (D) acentuadamente irônico, pela constatação que se segue a ela.
- (E) bastante otimista, por ter sido possível constatar melhorias na distribuição de renda.

3. De certo modo, quem pode consumir bens duráveis acaba consumindo por si e por quem não pode. (3º parágrafo)

A afirmação acima aponta para

- (A) um equilíbrio final da capacidade de consumo da população nas várias regiões brasileiras, igualando os resultados de cada uma delas.
- (B) o paradoxo que resulta dos dados do último censo, pois eles indicam o consumo de bens duráveis por uma população que não tem poder aquisitivo.
- (C) a falsidade do resultado de certas pesquisas, cujos dados desvirtuam a realidade, especialmente a da classe social mais desfavorecida.
- (D) a melhoria real do padrão de vida da população brasileira, registrando existência de consumo mesmo entre os mais pobres.
- (E) resultados estatísticos aparentemente otimistas, mas que deixam de mostrar dados pouco animadores da situação econômica e social da população brasileira.

<p>4. O segundo parágrafo do texto está ligado ao primeiro</p> <p>(A) por ser uma síntese do que vem sendo desenvolvido.</p> <p>(B) pela continuidade da mesma idéia, desenvolvida em ambos.</p> <p>(C) por uma ressalva, marcada pelo uso da expressão <u>a despeito de</u>.</p> <p>(D) por tratar-se de uma explicação das afirmações apresentadas de início.</p> <p>(E) pela condição imposta no início desse segundo parágrafo, em relação <u>aos dados observados</u> no Censo.</p>	<p>8. A concordância nas frases abaixo, adaptadas do texto, está correta em</p> <p>(A) Alguns dados resultantes do Censo 2000 parece incompatível com aqueles que assinalam o aumento do consumo de bens duráveis, no mesmo período.</p> <p>(B) A qualidade de vida dos brasileiros, refletida principalmente na saúde, dependem de aspectos importantes na área de serviços, como a de saneamento básico.</p> <p>(C) Os dados referentes à economia informal não é captados pelas estatísticas, o que geram algumas situações aparentemente contraditórias.</p> <p>(D) Os números iniciais do Censo 2000 mostram que o consumo nas diversas regiões brasileiras são distribuídas de maneira desigual e contrastante.</p> <p>(E) Constituem uma proporção relativamente pequena as famílias brasileiras que podem dar-se ao luxo de serem sustentadas por um único membro.</p>
<p>5. Há, no texto, relação de causa e efeito entre</p> <p>(A) situação econômica do Brasil no século XX e a que se apresenta no início do século XXI.</p> <p>(B) queda dos índices de mortalidade infantil e valor do salário mínimo.</p> <p>(C) consumo maior no Sul e no Sudeste e acentuadamente menor no Norte e no Nordeste.</p> <p>(D) retomada do desenvolvimento e elevação da renda do povo.</p> <p>(E) a década do "milagre brasileiro" e a persistência da situação de pobreza do povo.</p>	<p>9. <i>Os números iniciais do Censo 2000 revelam melhorias.</i></p> <p><i>A queda das taxas de mortalidade infantil foi maior do que o esperado.</i></p> <p><i>Boa parte da população brasileira continua vivendo na pobreza.</i></p> <p>As frases acima formam um único período, com correção e lógica, em:</p> <p>(A) Com a queda das taxas de mortalidade infantil, e os números iniciais do Censo 2000 revela que foi maior que o esperado, mas boa parte da população brasileira continua vivendo na pobreza.</p> <p>(B) Os números iniciais do Censo 2000 melhoraram, com a queda das taxas de mortalidade infantil, que foi maior do que se esperavam, onde boa parte da população brasileira continua vivendo na pobreza.</p> <p>(C) Boa parte da população brasileira continua vivendo na pobreza, conquanto os números iniciais do Censo 2000 revelem melhorias, como a queda das taxas de mortalidade infantil, maior do que o esperado.</p> <p>(D) Se as taxas de mortalidade infantil entraram em queda maior do que era esperada, a população brasileira continua vivendo na pobreza, apesar das melhorias que o Censo 2000, revelam em seus dados iniciais.</p> <p>(E) A população brasileira em boa parte continua vivendo na pobreza, os números iniciais do Censo 2000 revelam as melhorias, onde as taxas de mortalidade infantil em queda, maior do que se esperava.</p>
<p>6. <i>A mortalidade infantil caiu 38%: de 48 por mil nascimentos para 29,6.</i></p> <p>O emprego dos dois pontos assinala</p> <p>(A) a inclusão de um segmento explicativo.</p> <p>(B) a citação literal do que consta no relatório do IBGE.</p> <p>(C) a brusca interrupção da seqüência de idéias.</p> <p>(D) uma restrição à afirmação do período anterior.</p> <p>(E) a ligação entre palavras que formam uma cadeia na frase.</p>	
<p>7. <i>A queda foi maior do que os especialistas <u>havam projetado</u> no início da década.</i></p> <p>O emprego da forma verbal grifada na frase acima indica, no contexto,</p> <p>(A) a repetição de um fato até o momento da fala.</p> <p>(B) uma ação passada anterior a outra, também passada.</p> <p>(C) uma ação que acontece habitualmente.</p> <p>(D) uma incerteza em relação a um fato hipotético.</p> <p>(E) um fato consumado dentro de um tempo determinado.</p>	

Atenção: As questões de números 10 a 17 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Com seus 23 milhões de miseráveis, o Brasil representa 3% do problema mundial. Pode parecer pouco, mas é uma inserção global três vezes maior do que nossa participação, por exemplo, no comércio mundial, em que o Brasil aparece com menos de 1% do movimento de compra e venda de mercadorias. Para isso, observe-se o ranking de países com renda per capita semelhante à brasileira. Também deve-se observar o ranking dos países segundo o percentual da população vivendo abaixo da linha de pobreza. Não importa de que ângulo se olhe, o Brasil é hoje o país mais rico do mundo com a maior taxa de pobreza. A isso se chama injustiça social.

Há razões de sobra, além do óbvio constrangimento moral, para tentar de vez minorar esse problema. Do ponto de vista econômico, a pobreza extrema e inelutável reduz a competitividade do país e restringe suas possibilidades de mover a economia pela força do mercado interno. Mas a verdade cruel é que, nas contas macroeconômicas, a questão da miséria absoluta é apenas um detalhe. A porção mais pobre da pirâmide, os miseráveis, não produz e pouco consome. Ou seja, os miseráveis nem entram na equação econômica de um país moderno. Teoricamente, a economia pode muito bem funcionar sem que se leve em conta sua existência.

A economia brasileira se situa entre as dez maiores do mundo e chegou a atrair no ano 2000 investimentos estrangeiros da ordem de 30 bilhões de dólares. No campo da medicina, há hospitais e centros de pesquisa nacionais que servem de referência mundial em áreas como a cardiologia. Essas conquistas ocorreram sem que a miséria se tenha retraído no país. É aí que entra a questão ética.

As bolhas de miseráveis parecem ter paredes de aço no país. Parecem inexpugnáveis. Elas sobrevivem intactas, indiferentes aos progressos que o país experimenta a sua volta. Não regridem sequer diante de fenômenos sociais que em outros países e situações históricas foram decisivos para derrotar a pobreza. Entre esses fenômenos está a mobilidade social. O Brasil é um campeão da especialidade – mas nem isso adiantou para bulir com as estatísticas da pobreza absoluta. Cerca de 80% dos brasileiros que se encontram hoje no topo da pirâmide social tiveram uma origem mais humilde. Eles começaram a vida num patamar inferior e foram subindo vários degraus ao longo da carreira profissional. Por que os miseráveis não entram nessa roda ascendente? Porque não se qualificam sequer para os degraus mais baixos da engrenagem.

(Adaptado de **Veja**, janeiro/2002)

10. A questão ética, citada no 3º parágrafo do texto, representa

- (A) o fosso existente entre pólos de desenvolvimento em vários aspectos e o enorme contingente que vive em condições desumanas de vida.
- (B) os problemas econômicos enfrentados pelo Brasil para tornar seus produtos competitivos no mercado internacional.
- (C) a situação da área de saúde no Brasil, a que a população dificilmente tem acesso, embora ela se apresente como referência mundial.
- (D) a posição de inferioridade em que se encontra o Brasil, tomando-se por base outros países, cuja renda individual é bastante semelhante.
- (E) uma postura teórica dos economistas, que desconsideram a existência de pobres e miseráveis no país, para não comprometer o desempenho da economia.

11. A explicação que o texto oferece para a persistência do número de miseráveis no País está

- (A) na necessidade de ocorrer uma quantidade maior de investimentos externos, especialmente na área social.
- (B) numa reestruturação do mercado interno brasileiro, para que a população carente possa participar do consumo de bens.
- (C) na comparação estatística com a situação de outros países, em que o desempenho da economia é bem melhor do que no Brasil.
- (D) no fenômeno da mobilidade social, que é bastante expressiva no Brasil, permitindo uma ascensão social a pessoas humildes.
- (E) na impossibilidade de essa fatia da população qualificar-se para, ao menos, participar do quadro econômico do País.

12. A afirmativa que responde corretamente à questão colocada no final do texto é:

- (A) a sociedade não aceita a participação de pessoas humildes, na pirâmide social.
- (B) são péssimas as condições de trabalho para essa camada da população.
- (C) a situação econômica do Brasil é bastante desfavorável, em relação à de outros países.
- (D) eles nem sequer apresentam condições de participar da vida econômica e, portanto, social.
- (E) o comércio mundial exige padrões de qualidade que essa camada não consegue atender.

13. A frase do texto que está corretamente substituída por outra, sem alteração do sentido original, é:

- (A) *mas é uma inserção global* = é, porém, um problema internacional.
- (B) *para tentar de vez minorar esse problema* = para que se consiga equacionar essa situação.
- (C) *que servem de referência mundial* = que são exemplo para o mundo todo.
- (D) *elas sobrevivem intactas, indiferentes ao progresso* = elas continuam desconhecidas, apesar dos estudos.
- (E) *começaram a vida num patamar inferior* = iniciaram sua vida profissional com muita dificuldade.

14. ... *sem que se leve em conta sua existência.* (2º parágrafo)

A expressão grifada substitui corretamente, no texto,

- (A) a equação econômica.
- (B) a presença dos miseráveis.
- (C) a economia brasileira.
- (D) a constatação de uma verdade cruel.
- (E) a força do mercado interno.

<p>15. O Brasil <u>representa</u> 3% do problema mundial.</p> <p>A frase do texto em que o verbo apresenta o mesmo tipo de complemento exigido pelo verbo grifado acima é:</p> <p>(A) O Brasil aparece com menos de 1% do movimento...</p> <p>(B) ... o Brasil é hoje o país mais rico do mundo...</p> <p>(C) ... os miseráveis nem entram na equação econômica...</p> <p>(D) Parecem inexpugnáveis.</p> <p>(E) .. eles começaram a vida num patamar inferior.</p>	<p>19. A frase corretamente pontuada é:</p> <p>(A) A expressão – justiça do trabalho – apareceu pela primeira vez em lei na Constituição de 1934, com a finalidade de "dirimir questões entre empregadores e empregados regidas pela legislação social", dispositivo que se manteve na Constituição de 1937.</p> <p>(B) A expressão "justiça do trabalho", apareceu pela primeira vez em lei na Constituição de 1934 com a finalidade – de dirimir questões, entre empregadores e empregados regidas pela legislação social, dispositivo que se manteve na Constituição de 1937.</p> <p>(C) A expressão justiça do trabalho apareceu pela primeira vez em lei – na Constituição de 1934 – com a finalidade de dirimir questões entre empregadores e empregados regidas, pela legislação social, dispositivo que se manteve na Constituição, de 1937.</p> <p>(D) A expressão justiça do trabalho – apareceu, pela primeira vez em lei na Constituição de 1934 com a finalidade, de dirimir questões entre empregadores e empregados regidas pela legislação social dispositivo que se manteve na Constituição de 1937.</p> <p>(E) A expressão justiça do trabalho apareceu pela primeira vez em lei na "Constituição de 1934" com a finalidade de dirimir, questões entre empregadores e empregados regidas pela legislação social dispositivo, que se manteve na "Constituição de 1937".</p>
<p>16. A pobreza extrema e inelutável reduz a competitividade do país.</p> <p>Transpondo a frase acima para a voz passiva, a forma verbal passa a ser</p> <p>(A) é reduzida.</p> <p>(B) foram reduzidas.</p> <p>(C) está reduzindo.</p> <p>(D) tinham reduzido.</p> <p>(E) estará reduzida.</p>	
<p>17. A população de miseráveis não tem acesso quantidade mínima de alimentos necessária manutenção de uma vida saudável, equivalente uma dieta de 2000 calorias diárias.</p> <p>A alternativa que preenche corretamente as lacunas da frase apresentada é:</p> <p>(A) à - à - à</p> <p>(B) à - a - a</p> <p>(C) a - a - à</p> <p>(D) a - à - a</p> <p>(E) à - à - a</p>	
<p>18. Há palavras escritas de modo INCORRETO na alternativa:</p> <p>(A) A desnutrição, resultado da falta de ingestão de proteínas e de outras substâncias, degenera em má-formação do sistema neurológico, com danos irreversíveis, na maioria das vezes.</p> <p>(B) Vários estudos afirmam que a taxa de miséria só baixará quando houver crescimento da economia, assossariado a um modelo mais justo de distribuição de renda para a população.</p> <p>(C) Investimentos maciços em educação, saúde e reforma agrária constituíram a fórmula utilizada por países mais atrasados do que o Brasil, para reduzir os índices de pobreza.</p> <p>(D) O problema da miséria no Brasil apresenta componentes bem mais perversos do que a simples escassez de recursos, que caracteriza o problema em outros países, como no continente africano.</p> <p>(E) Os recursos gastos na área social acabam sendo insuficientes, como por exemplo, a parcela mínima destinada ao saneamento básico, importante para aumentar a expectativa de vida da população.</p>	<p>20. O processo de liberalização do trabalho levou muitos séculos.</p> <p>Na atualidade é impossível afirmar que tenham desaparecido situações de escravidão ou exploração no trabalho.</p> <p>Isso ocorre mesmo em países de economia avançada.</p> <p>As três frases formam um único período, com correção e lógica, em:</p> <p>(A) O processo de liberalização do trabalho levou muitos séculos, e na atualidade é impossível afirmar que tenha desaparecido situações de escravidão ou exploração no trabalho, o que ocorre em países de economia avançada, mesmo.</p> <p>(B) Na atualidade é impossível afirmar que tenham desaparecido situações de escravidão ou exploração no trabalho, já que o processo de liberalização do trabalho levou muitos séculos, ocorrendo mesmo em países de economia avançada.</p> <p>(C) Isso, que é o processo de liberalização do trabalho, ocorre em países de economia avançada mesmo, tendo levado muitos séculos, mas na atualidade é impossível afirmar que tenham desaparecido situações de escravidão ou exploração no trabalho.</p> <p>(D) O processo de liberalização do trabalho levou muitos séculos, embora na atualidade seja impossível afirmar que tenham desaparecido situações de escravidão ou exploração no trabalho, o que ocorre mesmo em países de economia avançada.</p> <p>(E) O processo de liberalização do trabalho, no entanto, levou muitos séculos, e isso ocorreu mesmo em países de economia avançada, onde na atualidade é impossível afirmar que já desapareceram situações de escravidão ou exploração no trabalho.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A imposição, de modo unilateral pela Administração, de um ato administrativo a terceiros, independentemente da concordância destes, em tese

- (A) não é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, configurando exercício arbitrário das próprias razões.
- (B) não é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, configurando abuso de autoridade.
- (C) é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, correspondendo ao atributo dos atos administrativos que a doutrina usa chamar imperatividade.
- (D) é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, correspondendo ao atributo dos atos administrativos que a doutrina usa chamar auto-executoriedade.
- (E) é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, correspondendo ao atributo dos atos administrativos que a doutrina usa chamar auto-tutela.

22. A motivação dos atos administrativos é apontada pela doutrina como elemento fundamental para o controle de sua legalidade. A Constituição Federal, por sua vez, previu expressamente a motivação

- (A) entre os princípios arrolados para toda a Administração Pública.
- (B) entre os princípios arrolados para toda a Administração Pública Direta, não se referindo à Indireta.
- (C) entre os princípios arrolados para toda a Administração Pública Indireta, não se referindo à Direta.
- (D) como necessária em todas as decisões administrativas dos Tribunais.
- (E) como necessária em todas as decisões políticas do Congresso Nacional.

23. No Direito brasileiro, a anulação, pelo Poder Judiciário, de um ato administrativo discricionário praticado pelo Poder Executivo,

- (A) não é possível.
- (B) apenas é possível por provocação da Administração.
- (C) apenas é possível por provocação do destinatário do ato.
- (D) apenas é possível com a concordância da Administração.
- (E) é possível, independentemente de quem a provoque ou da concordância da Administração.

24. É elemento compatível com o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, traçado pela Lei nº 8.112/90,

- (A) a prestação de serviços gratuitos, desde que prevista em lei.
- (B) a criação de cargos públicos por ato administrativo.
- (C) o pagamento dos vencimentos decorrentes de cargo público com verbas da iniciativa privada.
- (D) a criação de cargos públicos sem denominação própria.
- (E) a impossibilidade de provimento em comissão em se tratando de cargos públicos.

25. A Lei nº 8.112/90 oferece um rol de atos dos quais decorre a vacância do cargo público. É estranha a esse rol a

- (A) exoneração.
- (B) reintegração.
- (C) readaptação.
- (D) promoção.
- (E) aposentadoria.

26. A vantagem paga ao servidor público federal, destinada a compensar suas despesas de instalação quando, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, chama-se

- (A) diária.
- (B) indenização de transporte.
- (C) ajuda de custo.
- (D) adicional pela prestação de serviço extraordinário.
- (E) adicional de atividades penosas.

27. Conforme previsão da Lei nº 8.666/93, o autor do projeto, básico ou executivo, não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da respectiva obra. O disposto nessa regra

- (A) impede que a Administração contrate o autor do projeto para prestar-lhe o serviço de gerenciar a execução da obra.
- (B) não impede a licitação ou contratação de obra que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado.
- (C) não se aplica caso o autor do projeto, pessoa física, comprove vínculo trabalhista anterior com o futuro licitante ou executor da obra.
- (D) não se aplica caso o autor do projeto seja pessoa jurídica.
- (E) não impede que o autor do projeto, pessoa jurídica, preste serviços de consultoria técnica ao futuro licitante ou executor da obra.

28. NÃO figura entre os documentos exigíveis para a fase de habilitação em uma licitação, previstos pela Lei nº 8.666/93, documento

- (A) relativo ao cumprimento, pelo licitante, da norma constitucional que proíbe em determinadas circunstâncias o trabalho dos menores de 18 anos.
- (B) de inscrição do licitante pessoa física no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.
- (C) consistente em certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante pessoa jurídica.
- (D) que comprove possuir o licitante sede ou filial no local em que se realiza a licitação.
- (E) que comprove a prestação, pelo licitante, de garantia, sob uma das formas previstas na lei e respeitado o limite legal.

29. O rol de cláusulas necessárias em todo contrato, previsto na Lei nº 8.666/93, NÃO inclui cláusula que preveja

- (A) o prazo de vigência do contrato, seja ele determinado ou indeterminado.
- (B) os critérios, data-base e periodicidade de reajustamento de preços.
- (C) os casos de rescisão.
- (D) o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.
- (E) a vinculação ao instrumento convocatório da licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu e à proposta do licitante vencedor.

<p>30. A doutrina aponta a licença como exemplo de ato administrativo vinculado. É coerente com essa posição afirmar que uma licença</p> <p>(A) envolve direito subjetivo do interessado ao exercício da atividade licenciada.</p> <p>(B) não pode ter sua concessão sujeita ao controle jurisdicional.</p> <p>(C) não pode ser cassada pela Administração.</p> <p>(D) pode ser revogada pelo Poder Judiciário.</p> <p>(E) pode ter sua concessão negada, a juízo da Administração, sob argumentos de conveniência e oportunidade.</p>	<p>34. A Constituição Federal, ao assegurar a todos o acesso à informação, contém regra expressa sobre o sigilo de fonte,</p> <p>(A) afastando-o, por ser incompatível com o direito à indenização por dano à imagem.</p> <p>(B) resguardando-o, quando necessário ao exercício profissional.</p> <p>(C) afastando-o, por ser incompatível com a vedação do anonimato.</p> <p>(D) resguardando-o, salvo na hipótese de produção de prova em processo penal.</p> <p>(E) afastando-o, por ser incompatível com a liberdade de expressão do pensamento.</p>
<p>31. Três servidores públicos federais são réus em processos penais, acusados da prática de atos que configuram, ao mesmo tempo, ilícitos penais e administrativos. Os três acabam absolvidos em seus processos penais, sendo o primeiro servidor por falta de provas, o segundo servidor, por negativa de autoria e o terceiro servidor, por negativa do fato. Nesse caso, nos respectivos processos administrativos,</p> <p>(A) os três servidores deverão ser absolvidos.</p> <p>(B) o terceiro servidor poderá ser condenado, mas o primeiro e o segundo servidores deverão ser absolvidos.</p> <p>(C) o primeiro servidor poderá ser condenado, mas o segundo e o terceiro servidores deverão ser absolvidos.</p> <p>(D) o segundo servidor poderá ser condenado, mas o primeiro e o terceiro servidores deverão ser absolvidos.</p> <p>(E) os três servidores ainda assim poderão ser condenados.</p>	<p>35. No Brasil, no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular,</p> <p>(A) assegurada ao proprietário indenização prévia, independentemente da prova de dano.</p> <p>(B) assegurada ao proprietário indenização prévia, se houver dano.</p> <p>(C) assegurada ao proprietário indenização ulterior, independentemente da prova de dano.</p> <p>(D) assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.</p> <p>(E) independentemente de indenização.</p>
<p>32. Em uma licitação do tipo menor preço, regida pela Lei nº 8.666/93, compareceram três licitantes. O licitante A foi classificado em primeiro lugar, oferecendo o preço de R\$ 30 000,00. Em segundo lugar foi classificado o licitante B, com preço de R\$ 35 000,00, e em terceiro, o licitante C, com preço de R\$ 40 000,00. Regularmente convocado, dentro do prazo de validade das propostas, A recusa-se a assinar o termo de contrato por R\$ 30 000,00, pois alega ter errado em seus cálculos e ser seu preço correto R\$ 34 000,00, ainda assim menor do que o de B. Nesse momento, C informa à Administração estar disposto modificar seu preço para R\$ 33 000,00. Ante a recusa definitiva de A em contratar por R\$ 30 000,00, e considerando que no caso não houve necessidade de atualização monetária dos preços, a Administração poderá contratar</p> <p>(A) B por R\$ 35 000,00.</p> <p>(B) A por R\$ 34 000,00.</p> <p>(C) C por R\$ 33 000,00, independentemente de ouvir B.</p> <p>(D) C por R\$ 33 000,00, desde que B não aceite esse preço.</p> <p>(E) B, desde que aceite o preço de R\$ 30 000,00.</p>	<p>36. Uma associação civil, regularmente constituída e em funcionamento há mais de um ano, caso tenha um direito líquido e certo seu violado, de modo ilegal e abusivo, por ato de autoridade pública, tem como remédio constitucional apropriado para sua defesa</p> <p>(A) ação civil pública.</p> <p>(B) mandado de segurança.</p> <p>(C) mandado de segurança coletivo.</p> <p>(D) ação popular.</p> <p>(E) mandado de injunção.</p>
<p>33. Caso o governo brasileiro atue buscando a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, estará atuando</p> <p>(A) em consonância com os ditames da Constituição Federal.</p> <p>(B) de modo inconstitucional, por violar o princípio da independência nacional.</p> <p>(C) de modo inconstitucional, por violar o princípio da soberania.</p> <p>(D) de modo inconstitucional, por violar o princípio da autodeterminação dos povos.</p> <p>(E) de modo inconstitucional, por violar o princípio da igualdade entre os Estados.</p>	<p>37. Conforme regra estabelecida na Constituição Federal quanto aos sindicatos,</p> <p>(A) desde que previsto em lei, poderá ser exigida autorização do Estado para a fundação de sindicato.</p> <p>(B) para a base territorial de um sindicato ser inferior à área de um Município deve haver aprovação da maioria absoluta da categoria envolvida.</p> <p>(C) lei específica poderá prever, para determinada categoria, a obrigação de filiação sindical.</p> <p>(D) é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, salvo deliberação em contrário da maioria absoluta da categoria envolvida.</p> <p>(E) o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.</p>

<p>38. Um brasileiro naturalizado poderá ocupar, no Brasil, cargo</p> <p>(A) de Vice-Presidente da República. (B) de Ministro do Supremo Tribunal Federal. (C) de Senador. (D) da carreira diplomática. (E) de Ministro de Estado da Defesa.</p>	<p>43. Em uma eleição para Presidente da República, A e B são os candidatos mais votados em primeiro turno, sem ter, nenhum dos dois, alcançado maioria absoluta dos votos. Dos remanescentes, C é o mais votado, ficando em terceiro lugar. Todavia, A vem a falecer antes da realização do segundo turno. Nessa situação deve ocorrer</p> <p>(A) novo primeiro turno entre todos os candidatos originalmente inscritos, sendo o lugar de A ocupado por seu candidato a Vice. (B) o segundo turno entre B e o candidato a Vice de A. (C) nova eleição dentro de 90 dias, com a abertura da possibilidade de inscrição de novos candidatos e de modificação nas chapas já inscritas. (D) automaticamente a posse de B como Presidente da República. (E) o segundo turno entre B e C.</p>
<p>39. Conforme previsão da Constituição Federal, os Territórios Federais</p> <p>(A) são entes autônomos da Federação, independentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com regime jurídico próprio. (B) integram a União. (C) seguem o mesmo regime jurídico dos Estados. (D) seguem o mesmo regime jurídico do Distrito Federal. (E) seguem o mesmo regime jurídico dos Municípios.</p>	<p>44. Dispondo sobre a organização da Justiça do Trabalho, a Constituição estabelece que em cada Estado e no Distrito Federal haverá</p> <p>(A) pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho e que, nas comarcas onde não forem instituídas Varas do Trabalho, sua jurisdição seja atribuída a juízes de direito. (B) apenas um Tribunal Regional do Trabalho e que, nas comarcas onde não forem instituídas Varas do Trabalho, sua jurisdição seja atribuída a juízes de direito. (C) no máximo dois Tribunais Regionais do Trabalho e que, nas comarcas onde não forem instituídas Varas do Trabalho, sua jurisdição seja atribuída a juízes federais. (D) apenas um Tribunal Regional do Trabalho e que, nas comarcas onde não forem instituídas Varas do Trabalho, sua jurisdição seja atribuída a Juntas de Conciliação e Julgamento. (E) pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho e que, nas comarcas onde não forem instituídas Varas do Trabalho, sua jurisdição seja atribuída a juízes federais.</p>
<p>40. Compete privativamente à União legislar sobre direito</p> <p>(A) econômico. (B) financeiro. (C) penitenciário. (D) do trabalho. (E) urbanístico.</p>	<p>45. NÃO está compreendido no Ministério Público da União, tal como previsto na Constituição Federal, o Ministério Público</p> <p>(A) Federal. (B) do Trabalho. (C) Militar. (D) do Distrito Federal e Territórios. (E) Eleitoral.</p>
<p>41. Considerando-se que o Brasil possui 26 Estados, mais o Distrito Federal; e considerando-se o modo pelo qual a Constituição prevê a renovação da representação deles no Senado Federal, pode-se afirmar que, a cada 4 anos, são renovadas, alternadamente,</p> <p>(A) 18 e 36 cadeiras. (B) 26 e 53 cadeiras. (C) 27 e 54 cadeiras. (D) 39 e 40 cadeiras. (E) 40 e 41 cadeiras.</p> <p>42. Invocando sua iniciativa privativa, o Presidente da República apresenta ao Congresso Nacional projeto de lei prevendo a criação de determinado número de cargos públicos. No Congresso, um Deputado apresenta emenda a esse projeto, aumentando o número de cargos a serem criados. Tal emenda é</p> <p>(A) inconstitucional, pois não é possível emenda de parlamentar em projeto de iniciativa privativa do Presidente da República. (B) constitucional, pois o poder de apresentar emendas a todo projeto de lei é inerente ao exercício do mandato parlamentar. (C) inconstitucional, pois está implicando aumento da despesa prevista no projeto. (D) constitucional, pois a matéria versada nesse projeto não é de iniciativa privativa do Presidente da República. (E) inconstitucional, pois um Deputado, isoladamente, não tem o poder de apresentar emenda a projeto de lei.</p>	<p>46. Para efeito de justa causa de rescisão de contrato de trabalho pelo empregador, a retenção de valores que pertencem à empresa, pelo empregado, configura ato de</p> <p>(A) improbidade. (B) desídia. (C) indisciplina. (D) incontinência de conduta. (E) negociação habitual.</p>

<p>47. Ao contratar um azulejista para proceder a reforma em imóvel de sua propriedade, o proprietário está celebrando contrato de</p> <p>(A) trabalho temporário. (B) trabalho por tempo indeterminado. (C) trabalho por tempo determinado. (D) empreitada. (E) experiência.</p>	<p>50. As anotações apostas pelo empregador na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado geram presunção</p> <p>(A) relativa. (B) relativa contra o empregador e absoluta contra o empregado. (C) absoluta. (D) absoluta contra o empregador e relativa contra o empregado. (E) absoluta depois de decorrido o prazo do contrato de experiência.</p>
<p>48. Sobre a sucessão de empresas,</p> <p>(A) nada poderá ser exigido do sucessor quando houver cláusula contratual que o exima dos débitos trabalhistas referentes aos contratos findos antes da sucessão. (B) na liquidação extrajudicial, a assunção parcial do ativo de um banco por outro não configura sucessão trabalhista. (C) a mera substituição da pessoa jurídica é suficiente para caracterizar a sucessão, se se tratar de exploração de concessão de serviço público. (D) qualquer alteração jurídica na estrutura da empresa não afeta os direitos adquiridos por seus empregados, todavia, os contratos de trabalho respectivos. (E) mudanças na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetam os contratos de trabalho, embora possam afetar os direitos adquiridos por seus empregados.</p>	<p>51. Na forma da lei, são características do trabalho em regime de tempo parcial:</p> <p>(A) jornada reduzida, salário proporcional à jornada e opção manifestada perante a empresa, na forma prevista em instrumento decorrente de negociação coletiva. (B) jornada reduzida, salário proporcional à jornada e proibição de prestação de horas extras. (C) duração não excedente a 4 horas diárias, salário proporcional à jornada e opção manifestada perante a empresa, na forma prevista em instrumento decorrente de negociação coletiva. (D) duração não excedente a 25 horas semanais, salário proporcional à jornada e proibição de prestação de horas extras. (E) duração não excedente a 25 horas semanais, salário proporcional à jornada e opção manifestada perante a empresa, independentemente de previsão de instrumento decorrente de negociação coletiva.</p>
<p>49. O artigo 8º da Consolidação das Leis do Trabalho dispõe:</p> <p><i>As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais do direito, principalmente de direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.</i></p> <p>De acordo com o texto,</p> <p>(A) a analogia e a equidade prevalecem sobre as fontes formais. (B) os enunciados do TST têm força vinculante. (C) os princípios gerais do direito do trabalho têm uma função integrativa do direito positivo, além de serem aplicáveis nos casos de lacuna da legislação. (D) os princípios do direito do trabalho podem ser utilizados como meio de evitar e retificar os efeitos indesejáveis da lei trabalhista. (E) os usos e costumes, por serem práticas reiteradas, podem ser contrários à lei.</p>	<p>52. Empregada encarregada da limpeza de banco ou casa bancária está sujeita à jornada diária de</p> <p>(A) 6 horas, entre 7 e 20 horas. (B) 6 horas, entre 7 e 22 horas. (C) 7 horas, entre 7 e 20 horas. (D) 7 horas, entre 7 e 22 horas. (E) 8 horas, entre 7 e 22 horas.</p> <p>53. Havendo convenção, acordo ou sentença normativa em vigor, o prazo em que deverá ser instaurado o dissídio coletivo, a fim de possibilitar ao novo instrumento vigência no dia imediato ao termo, é de</p> <p>(A) 10 dias anteriores ao respectivo termo final. (B) 15 dias anteriores ao respectivo termo final. (C) 30 dias anteriores ao respectivo termo final. (D) 45 dias anteriores ao respectivo termo final. (E) 60 dias anteriores ao respectivo termo final.</p>

<p>54. Uma empregada submeteu demanda de natureza trabalhista à Comissão de Conciliação Prévia, resultando termo de conciliação que não foi cumprido pela empresa. Nesse caso, a empregada deverá</p> <p>(A) apresentar recurso perante tal Comissão.</p> <p>(B) ajuizar reclamação trabalhista, tendo em vista que esta Comissão não é órgão do Poder Judiciário.</p> <p>(C) ajuizar ação anulatória do termo de conciliação para, posteriormente, ingressar com reclamação trabalhista.</p> <p>(D) dar início à execução por meio de ação monitória, tendo em vista a existência de prova escrita, consubstanciada no termo de conciliação.</p> <p>(E) dar início à execução na forma prevista no artigo 876 da CLT, tendo em vista a existência de título executivo extrajudicial.</p>	<p>57. Uma empresa sediada em Belo Horizonte é subsidiária de outra, cuja sede é em Paris. Contrata um engenheiro no Rio de Janeiro para trabalhar em Manaus. Havendo rescisão e pretendendo o empregado ajuizar reclamação trabalhista, o foro competente para o ajuizamento da ação é</p> <p>(A) Belo Horizonte.</p> <p>(B) Brasília.</p> <p>(C) Manaus ou Rio de Janeiro.</p> <p>(D) Belo Horizonte ou Brasília.</p> <p>(E) Paris.</p>
<p>55. Um empregado teve seu contrato de trabalho extinto em virtude do fechamento de uma das filiais da empresa por motivo de força maior. Nesse caso, o empregado</p> <p>(A) não poderá movimentar a conta vinculada do FGTS nem terá direito a qualquer indenização, porque não houve dispensa sem justa causa.</p> <p>(B) poderá movimentar a conta vinculada do FGTS, mas não terá direito a qualquer indenização.</p> <p>(C) poderá movimentar a conta vinculada do FGTS e terá direito à multa indenizatória de 20% sobre todos os depósitos realizados durante a existência do contrato, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.</p> <p>(D) poderá movimentar a conta vinculada do FGTS e terá direito à multa indenizatória de 30% sobre todos os depósitos realizados durante a existência do contrato, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.</p> <p>(E) poderá movimentar a conta vinculada do FGTS e terá direito à multa indenizatória de 40% sobre todos os depósitos realizados durante a existência do contrato, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.</p>	<p>58. A hipótese em que NÃO se admite a aplicação subsidiária do direito processual comum ao processo do trabalho é</p> <p>(A) o requerimento da testemunha ao juiz para ser ressarcida das despesas que efetuou para comparecer à audiência.</p> <p>(B) a condenação do vencido ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios.</p> <p>(C) o não conhecimento do recurso adesivo, se houver desistência do recurso principal ou se este for declarado inadmissível ou deserto.</p> <p>(D) o processamento da execução do modo menos gravoso para a empresa.</p> <p>(E) a obrigatoriedade de que o edital de praça mencione a existência de ônus, recurso ou causa pendente sobre os bens a serem arrematados.</p>
<p>56. O conflito de jurisdição entre Vara do Trabalho e Juízo de Direito é dirimido pelo</p> <p>(A) Tribunal Regional do Trabalho.</p> <p>(B) Tribunal de Justiça.</p> <p>(C) Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(D) Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(E) Supremo Tribunal Federal.</p>	<p>59. Quanto à organização e funcionamento das Varas do Trabalho,</p> <p>(A) a sua jurisdição pode ser estendida ou restringida por ato do Presidente do respectivo Tribunal Regional do Trabalho.</p> <p>(B) os mandados de segurança são processados e julgados pelo juiz titular.</p> <p>(C) as reclamações verbais são reduzidas a termo pelo distribuidor nas localidades onde houver mais de uma Vara do Trabalho.</p> <p>(D) o prazo de 9 dias para que o Oficial de Justiça Avaliador cumpra o ato deprecado poderá ser prorrogado uma vez por igual período de tempo.</p> <p>(E) o serventuário que, sem motivo justificado, não realizar os atos dentro dos prazos fixados será descontado em seus vencimentos, em tantos dias quantos os do excesso.</p> <p>60. No processo de trabalho, cada parte poderá indicar no rito sumaríssimo e no rito ordinário, respectivamente, no máximo,</p> <p>(A) uma e duas testemunhas.</p> <p>(B) uma e três testemunhas.</p> <p>(C) duas e duas testemunhas.</p> <p>(D) duas e três testemunhas.</p> <p>(E) duas e quatro testemunhas.</p>